

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

PARECER JURÍDICO

EMENTA. ADMINISTRATIVO. CONTRATOS E LICITAÇÕES PÚBLICAS. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2023- PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2023. TIPO: MENOR PREÇO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO.

1. Trata-se do **processo licitatório 120/2023 – Pregão Presencial nº 048/2023**. Proposta mais vantajosa objetivando a contratação de serviço de consultoria e assessoria em Administração Municipal.

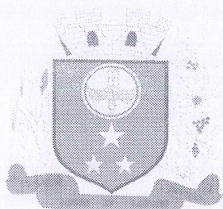
Participaram deste certame, duas empresas, quais sejam: **AMADEUS CONSULTORIA LTDA** e **MACIEL ASSESSORES S/S**.

Iniciada a fase de abertura dos envelopes “proposta”, foi constatado que a empresa **MACIEL ASSESSORES S/S**, não cumpriu todas as exigências editalícias, pois deixou de apresentar a área de atuação e o registro na entidade profissional competente do corpo técnico dos profissionais incumbidos aos serviços, conforme modelo de proposta, sendo, então desclassificada para a fase de lances verbais. Com o prosseguimento do procedimento, a empresa **AMADEUS CONSULTORIA LTDA** cumpriu com todas as exigências editalícias, sendo classificada para a fase de lances.

2. Aberto prazo de recurso de 03 (três) dias úteis, a empresa **MACIEL ASSESSORES S/S**, apresentou recurso, alegando, em síntese, que a Administração deve respeitar o princípio da vinculação ao edital e que, supostamente, não haveria no edital a obrigatoriedade de apresentar os documentos comprobatórios dos registros profissionais, conforme item 11 do edital.

3. Indo ao mérito, tem-se que o Edital, em seu Anexo III, item 11, diz o seguinte:

“11- A equipe técnica incumbida dos serviços será composta pelos seguintes profissionais _____ (nome completo, área de atuação, registro na entidade profissional competente)”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, rege todo o processo licitatório, onde a Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento denominado edital da licitação ou instrumento convocatório; e, ao editar esta regra, estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes e contratados, que a ela também devem respeito.

Certo é que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Nessa ótica, a Lei nº8666/93 em diversos dispositivos se refere a este princípio. Vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

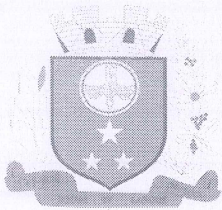
XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

A informação do registro na entidade competente é essencial para o objeto deste procedimento licitatório, uma vez que se trata de serviço de assessoria, onde o registro profissional é diretamente vinculado ao serviço proposto.

O argumento de que todos os documentos comprobatórios foram apresentados na habilitação técnica não pode prosperar, tendo em vista que a fase de habilitação é posterior à do julgamento das propostas e o pregoeiro somente examinará os documentos de habilitação do licitante cuja proposta foi classificada em primeiro lugar.

Conclui-se que a proposta comercial deveria comprovar que a empresa possui corpo técnico capaz de executar o objeto da licitação, o que não ocorreu, sendo, corretamente, desclassificada para a fase de lances verbais.

4. Enfim, pelo exposto, conclui-se pelo **acerto** e pela **manutenção** da decisão do Pregoeiro e da sua equipe de apoio, pelo **não provimento** do *Recurso* do *Recorrente* e pelo seguimento da licitação, com prosseguimento dos atos subsequentes ao certame.

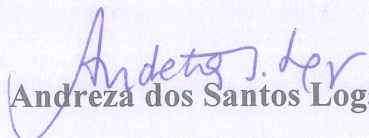


PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

É o **parecer**, salvo melhor entendimento, para a apreciação do senhor Pregoeiro e da sua equipe de apoio. Se não provido o *Recurso* e mantida a decisão, subam os autos para prosseguimento.

Prefeitura Municipal de DIVINO, 27 de **setembro** de 2023.


Andreza dos Santos Logão

OAB/MG 169.840